



TERMO DE REFERÊNCIA

1- Este Termo de Referência reúne o conjunto de informações necessárias e as condições mínimas exigíveis para atendimento do objeto a ser contratado, tais como: especificação e quantidade, fornecimento, local e prazo para entrega, forma de pagamento, condições de recebimento, obrigações das partes, sanções administrativas, modificação e alteração do contrato.

2- OBJETO

O objeto é a aquisição de lentes e flash externo para máquina fotográfica semiprofissional, com a finalidade de realizar divulgação de ações institucionais da Câmara Municipal.

3- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL / ENQUADRAMENTO

- A presente contratação se dá com amparo legal através do inciso II, caput do art. 75, da Lei Federal 14.133/21, da **Dispensa de Licitação** por valor.
- O critério adotado **Menor Preço**, art. 33, inciso I.
- O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, em face de interdependência dos itens.

4- São os seguintes itens, com os respectivos quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	QUANT.	UNID.
1	Lente objetiva 75-300mm f/4-5-6, compatível com câmera fotográfica EOS Rebel SL3, com filtro de 58 mm e distância mínima de focagem 1,5m;	1	UN.
1	Lente 50mm, distância mínima para foco de 35 cm, distância focal e abertura máxima 50mm f/1.8, compatível com câmera fotográfica EOS Rebel SL3;	1	UN.
1	Flash externo compatível com câmera fotográfica EOS Rebel SL3, como modo flash TTL, ângulo mínimo de inclinação 90°;	1	UN.

5- JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente contratação pela finalidade de realizar divulgação de ações institucionais da Câmara Municipal, conforme os pressupostos vigentes no inciso primeiro do artigo 37 da Constituição Federal, quais sejam: educação, informação e orientação social.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS**



6- FORNECIMENTO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA

- **LOCAL DE ENTREGA** - O local de entrega será na Sede da Câmara Municipal de Vassouras, localizada na Rua Barão de Capivari, nº 20 – Centro – Vassouras-RJ.

7- FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante a entrega dos itens adquiridos com a apresentação de Nota Fiscal Eletrônica, mediante recibo, discriminando os itens, quantidades e valores unitários e totais, que será atestada pelo fiscal da contratação.

A Nota fiscal deverá ser emitida pela própria empresa contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ.

8- GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO

A gestão da presente contratação ficará a cargo da administração, que nomeará o indicado através de Portaria publicada na imprensa oficial do Município.

O gestor do contrato deverá acompanhar durante a vigência contratual da execução do objeto, certificando que os serviços sejam executados de acordo com as condições do presente termo de referência;

Caberá ao gestor juntamente com o fiscal do contrato, responsável diretamente pelo acompanhamento da execução em campo, a atestação da nota fiscal comprovando que os serviços foram executados de acordo com o objeto contratado, para fins de liquidação da obrigação;

Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua inoperância, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

Compete ao gestor do contrato, comunicar de ofício à contratada, na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, a aplicação das sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste termo.

A fiscalização da contratação será exercida pelo Servidor a ser nomeado através de Portarias publicada na imprensa oficial do Município ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

A fiscalização exercerá rigoroso controle, a fim de possibilitar a atestação das notas fiscais de fornecimento protocolados na Secretaria Administrativa pela contratada, ao final de cada mês;

Identificada qualquer irregularidade, deverá o fiscal do contrato dar ciência ao gestor nos casos em que não tenham sido regularizadas, a fim de que o mesmo possa tomar as medidas necessárias quanto à aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e no contrato.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora de reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS**



contrato, inclusive perante terceiros, que se verificarem por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/21.

A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

9- OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Compete à CONTRATADA:

- a) cumprir fielmente o disposto no presente instrumento, obedecendo ao objeto e às disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;
- b) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em licitações;

- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Compete à CONTRATANTE:

- a) cumprir as obrigações previstas no presente termo de contrato;
- b) efetuar o pagamento devido à CONTRATADA dentro dos prazos estabelecidos no Contrato, mediante apresentação de nota fiscal fatura;
- c) fiscalizar a execução do Contrato e subsidiar a CONTRATADA com informações necessárias ao fiel e integral cumprimento do contrato;
- d) comunicar à CONTRATADA qualquer ocorrência que vier interferir na execução do CONTRATO.
- f) efetuar o acompanhamento e a fiscalização da despesa conforme o caso;
- g) efetuar a publicação resumida do contrato em órgão oficial do Município;

10-SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 - As sanções administrativas estão regidas pelo Artigo 155 e 156, da Lei 14.133/21, sendo balizadas pelas normas estabelecidas no contrato a ser celebrado.

- Comete infração administrativa nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021 a CONTRATADA que:

- Inexecutar total ou parcialmente de qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS**



- Fraudar na execução do contrato;
- Ensejar retardamento da execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Não manter a proposta;

10.2 - Caso haja o cometimento de qualquer das infrações discriminadas no subitem acima, a CONTRATADA ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/21:

- **ADVERTÊNCIA** por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE, como por exemplo:

- Não responder às notificações no prazo determinado pela Administração Pública;
- Não apresentar documentação exigida, no prazo requerido, da CONTRATADA, para cumprir os trâmites administrativos do contrato;
- Transmitir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente contratação; descumprimento de qualquer obrigação prevista neste Termo de Referência ou no Contrato;
- Agir de maneira ou com recursos antiéticos dolosamente, buscando obter vantagens administrativas e/ou financeiras na execução do contrato;

- **MULTA**, nos seguintes termos:

- Multa de 2,5% (dois e meio por cento), calculada sobre o valor do contrato, no caso de a CONTRATADA acumular 04 (quatro) penalidade de Advertência durante a execução do contrato;
- A contagem das advertências será zerada a cada acúmulo de 04 (quatro) advertências procedendo para aplicação de multa;
- Multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor do contrato, por **INEXECUÇÃO TOTAL DO CONTRATO** com rescisão unilateral do contrato;
- Multa de 2,5% (dois e meio por cento), sobre o valor do contrato, por **INEXECUÇÃO PARCIAL DO CONTRATO** com rescisão unilateral do contrato;
- As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si;

- **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** com órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 03 (três) anos;

- **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS**



concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

10.3 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CONTRATANTE, observado o princípio da proporcionalidade;

10.4 - As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Câmara Municipal;

10.5 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou, no caso das multas, cumulativamente com outras, sem prejuízo de outras medidas cabíveis na Lei nº 14.133/2021. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei 14.133/2021.

11- PRAZO DE VALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

A proposta de preços, emitida por computador ou datilografada, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas em todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

- As características do objeto de forma clara e precisa;
- Preço unitário e total por item, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes deste Termo de Referência;
- No preço cotado deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;
- Prazo de entrega;

Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação;

- O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

12- VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação é de aproximadamente R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), conforme consulta prévia de preços médios dos produtos.

13- DO PRAZO CONTRATUAL/VIGÊNCIA

O prazo de execução contratual será até 31/12/2023, sendo que o fornecimento será efetuado de forma parcelada dentro desse período, iniciando a partir da data de assinatura contratual;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS**



14- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas para atender a esta contratação estão programadas em dotação orçamentária na classificação abaixo:

Dotação - 3.3.90.39 – outros serviços de terceiros – pessoa jurídica.

15- DA GARANTIA

Não será exigível garantia contratual de execução.

16- MODIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DO CONTRATO

As modificações e alterações conforme legislação vigente, constará no contrato a ser firmado.

17- CONDIÇÕES GERAIS

Os interessados ao apresentarem suas propostas confirmam estar cientes das condições de atendimento, e de suas obrigações.

18- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A contratação ora pretendida deverá obedecer às disposições constantes na Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

Renato Pereira Mendes
Diretor

Daniele Camilo Barizon
Jornalista